

Aprovado por maioria, com duas
abstenções e nenhum voto
contra.

Portugal
Presidente do Tesouro da
Assembleia Geral da
S.C.M.S.
2019-03-28



Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

**RELATÓRIO
E
CONTAS**

2018



“Precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz. É condição da nossa salvação. Misericórdia: é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade.

Misericórdia: é o acto último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro.”

Papa Francisco in Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia



ÍNDICE

1 – Corpos Sociais	4
2 – Apresentação da Instituição	5
3 – Relatório de Gestão.....	6
4 – Numero Médio de Funcionários da Instituição	17
5 – Balanço	18
6 – Demonstração de Resultados	19
7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	20
8 – Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	21
9 – Anexo às Demonstrações Financeiras	23
10 – Demonstração dos Resultados por Valências – 2018.....	42
11 – Certificação Legal de Contas	43
12 – Parecer do Definitório	45



1 – CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Paulo Rui Santos Reisinho Valdez
Vice - Presidente – Maria Luísa Parreira Gago da Silva Reynaud da Silva
Secretário – José Manuel Costa Valério

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor – Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira
Secretário - Paulo Jorge Silva dos Santos
Tesoureiro - Paulo Alexandre Marques Neves

Mesários Efectivos:

Paula Margarida Nunes Botelho
Norberto Pires Gomes
José Manuel Gonçalves Almeida
Ricardo Jorge Reynaud da Silva
Emídio Nóbrega Simões
Graça de Fátima Rodrigues Croner Torres Bastos
Daniela dos Santos Silva
Rui Bento Salas

Mesários Suplentes:

António Cândido de Almeida Teixeira
Francisco José Farinha Martins

DEFINITÓRIO:

Presidente – Diamantino Santana Cordeiro
Vice - Presidente – Rogério Francisco Vaz de Carvalho
Secretário – Albano de Almeida



2 – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, reconhecida por Provisão pelo Rei D. Manuel, de 2 de Abril de 1500, é hoje uma Associação de Fiéis, com personalidade Jurídica Canónica e Civil. É hoje também, uma entidade da *Economia Social*, sujeita aos princípios orientadores das bases da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio; pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 (Republicação do Estatuto das IPSS's), com alteração pela Lei 76/2015 de 28 de Julho, considerada como Instituição Particular de Solidariedade Social e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Os seus fins são consignados à prática tradicional das *Catorze Obras de Misericórdia*, quer corporais quer espirituais, dispondo-se a desenvolver actividades de intervenção social na comunidade em que está inserida, nomeadamente:

- O apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência;
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Apoios à família e comunidade em geral;
- Promoção da Saúde e prestação de cuidados curativos, de reabilitação e reintegração;
- Exploração e manutenção de unidades de cuidados paliativos especializados de saúde;

Quando cumpra critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013 de 17 de Abril, do Parlamento Europeu e Conselho, sobre actividades secundárias e instrumentais, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal pode assumir a natureza de empresa social, para efeitos de fornecimento de bens e serviços sociais a pessoas marginalizadas ou vulneráveis, desfavorecidas ou excluídas, no âmbito de acção em empreendedorismo social.

Por estar também consignada à natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, cumpre-lhe igualmente, agir no sentido da defesa do seu património edificado e móvel, adquirido ao longo da sua existência, nas suas vertentes cultural e artísticas, religiosas e civis, bem como, na salvaguarda dos seus aspectos material e imaterial.

A sua **Missão** consiste assim, através das *Respostas Sociais* em execução, em assistir os Individuos que se encontram em situação de carência ou disfunção social, permanente ou temporária, atendendo aos princípios da dignidade humana, da família, da co-responsabilidade e entreaajuda.

A sua **Visão** consiste em ser a instituição de referência em respostas sociais especializadas e plurisectoriais, distinguindo-se no universo das restantes IPSS's existentes na comunidade/Região em que está inserida.

Os seus **Valores** permanecem alocados à sua tradição fundacional, designadamente, da Caridade Cristã, traduzida na enunciação e prática das 14 Obras de Misericórdia, e bem assim, consignados à solidariedade, dignidade, equidade e tolerância sociais.

3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Instituição centenária, vem prestando ao longo de mais de 500 anos serviços à comunidade Setubalense nas áreas sociais e da saúde, mantendo no ano de 2018 uma maior proximidade com as várias entidades institucionais.

A visão que traçamos, e que continuamos a percorrer, permitiu que sejamos hoje uma Instituição de referência a nível regional, reconhecida no sector em que actuamos. As nossas pessoas são a expressão mais alta e mais nobre do melhor que fazemos na SCMS e esta edição do Relatório de Gestão é mais um exemplo vivo do empenho, do compromisso e da dedicação dos nossos colaboradores em iniciativas que engrandecem a comunidade onde estamos, os clientes e parceiros com quem trabalhamos e todos aqueles que são parte integrante desta grande Instituição. É com este compromisso que renovamos o nosso empenho em prosseguir uma estratégia de sustentabilidade, que garanta a nossa afirmação enquanto player distintivo no sector em que actuamos e enquanto Instituição socialmente responsável, contribuindo de forma ímpar para a melhoria e desenvolvimento da comunidade e das pessoas que servimos, diariamente, através da nossa presença. Por um presente e futuro cada vez mais sustentáveis.

É com este sentido de missão e de propósito que a SCMS se tem procurado diferenciar, pautando a sua actuação através de soluções de gestão, e mantendo sempre um sólido compromisso no apoio, que invariavelmente toca na multiplicidade dos projectos e iniciativas que abarca na sua acção.

A nossa capacidade de resiliência e porque consideramos os desafios como oportunidades e prosperamos neste ambiente demonstrámos a nossa resiliência durante um ciclo económico difícil para o País e agora estamos empenhados em demonstrar que mantemos a nossa capacidade de crescer através da inovação, transformação e melhoria contínua da nossa forma de operar. Como parte desta adaptação contínua, ajustámos a nossa estrutura corporativa aumentando significativamente a autonomia da gestão, permitindo que nos tornemos mais focados, mais independentes e mais ágeis. A nossa estratégia corporativa continua a seguir três princípios orientadores: fortalecer, alavancar os nossos principais activos e as nossas competências. Ao longo do ano, procurámos activamente oportunidades em todos os pilares estratégicos.

Agradecemos com sinceridade a todos os que contribuíram para o nosso desempenho no ano de 2018 e esperamos que todos se sintam orgulhosos e motivados para fazer ainda melhor este ano.

Terminámos o ano de 2018, dando continuidade ao Modelo Organizativo implementado, o qual aumentou a competitividade no mercado do Terceiro Sector. Este modelo de gestão visa favorecer a difusão transversal da estratégia de sustentabilidade a toda a Instituição, tornar claro o compromisso



da S.C.M.S. e permitir uma ligação eficaz às valências responsáveis no plano operacional pela condução das actividades e execução dos objectivos decorrentes da estratégia de sustentabilidade da SCMS.

De entre as várias situações destacamos:

3.1 A optimização da Gestão Administrativa e Financeira

A SCMS tem um conjunto de valências que actuam em áreas e espaços diferentes. Isto obriga a um controlo de gestão mais rigoroso e detalhado. Por outro lado, os custos dos serviços partilhados são isolados de forma a poderem posteriormente ser imputados às várias valências nas respectivas percentagens, tendencialmente em função dos recursos consumidos.

3.1.1 - Direcção Financeira

A Direcção Financeira tem como principal missão controlar a sustentabilidade financeira através do planeamento e do controlo financeiro e contabilístico, assim como do cumprimento de obrigações legais e fiscais, assegurando ainda a prestação de contas e o *reporting* de informação.

Assegura a Contabilidade e Fiscalidade, contas a pagar, concentração dos pagamentos numa óptica de racionalização de recursos, contas a receber, optimização dos recursos financeiros, facturação. Implementação de regras tendentes à uniformização dos critérios contabilísticos e fiscais. Gestão integrada de toda a carteira de seguros da SCMS.

A Direcção Financeira contribuiu para o desenvolvimento sustentável das actividades e para uma cultura de controlo interno da SCMS, através do sistema de controlo orçamental.

A Direcção Financeira tem o controlo das compras, na sua actividade diária. Deste modo, continua a ser fundamental manter o foco na criação de valor, maximizando a satisfação dos nossos clientes internos, ao mesmo tempo que se garante que o orçamento estipulado é cumprido e não sofra desvios.

Analisa as contas correntes e as suas variações para deste modo podermos aferir de uma forma clara a contribuição de cada Centro de Resultado para libertação de fundos (Cash Flow).

3.1.2 - Direcção de Recursos Humanos

É uma área estratégica para a SCMS no sentido de implicar uma maior exigência na selecção e formação dos seus colaboradores.

No final do ano de 2018 a SCMS contava com a colaboração de 289 Colaboradores, dos quais 240 do quadro e 49 em regime de prestação de serviços. Privilegiar sempre o recrutamento interno como forma de conciliar o enriquecimento das competências dos Colaboradores, quer numa progressão



vertical, quer horizontal, o que permite um alargamento de experiências e uma mobilidade funcional que consideramos enriquecedora a título individual e colectivo. Naturalmente, não colocamos de parte o recrutamento externo, tão importante para o renovar de ideias e de conhecimentos que contribuem para o crescimento global de todos aqueles que trabalham na SCMS.

Na Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Acidentes de Trabalho) no ano de 2018, foram cumpridas todas as obrigações estipuladas na legislação em vigor.

A prevenção de riscos profissionais foi uma das preocupações que levou a uma melhor educação, formação e informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho e de hábitos de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais

3.1.2.1 - Estágios

A SCMS acolheu estagiários nas áreas da Fisioterapia e Psicologia, dando continuidade a um trabalho que já vem detrás, através de protocolos com outras instituições, teve estágios em contexto profissional (Técnicos Auxiliares de Saúde) com as seguintes Instituições:

- Escola Lima de Freitas – 6 Alunos
- Escola Profissional de Setúbal - 6 Alunos
- Escola Cristóvão Colombo - 1 Alunos

3.1.2.2 - Trabalho Comunitário

A SCMS acolheu 2 pessoas em trabalho comunitário durante o ano de 2018.

Análise dos resultados: Relativamente à avaliação dos colaboradores não se considera o desvio relevante, dado que as metas quando são estabelecidas são respeitantes aos trabalhadores que estão ao serviço, contudo ao longo do ano vai sendo necessário efectuar substituições, por diversos motivos, e estes novos colaboradores por vezes, devido à sua inexperiência, nem sempre conseguem atingir o desejado.

3.2 - Gestão do Património e Manutenção

3.2.1 - Manutenção e Conservação

No decorrer do ano de 2018, deu-se continuidade aos procedimentos estabelecidos no ano anterior, tendo como principal objectivo a resolução das não conformidades persistentes ao longo do tempo, no que respeita ao Património Operacional e de Rendimento.



A organização e manutenção do cadastro de equipamentos teve a sua continuidade com o inventário físico e a regularização do inventário.

Na sequência do inventário, foram implementados novos procedimentos, com a publicação actualizada dos respectivos manuais.

Requalificação e Manutenção de Instalações

Durante o ano de 2018, os Serviços de Obras e Manutenção de Instalações desenvolveu o seu trabalho com base nos planos e orçamento de Investimento e Conservação e Manutenção aprovados e ainda, tendo presente as necessidades quer da Clínica, quer do Edifício Sede.

Assim, face a estes objectivos estratégicos, foram sinalizadas e concretizadas as seguintes acções e medidas estratégicas:

Clínica - Renovação dos Balneários da piscina, conferindo-se deste modo melhores condições de conforto aos utentes. Montagem de um novo equipamento de extracção de humidade, tendo terminando com a manutenção do equipamento da casa das máquinas e da própria piscina.

Sede - Substituição da cobertura do lado norte do edifício.

Requalificação e compartimentação de espaço do edifício antigo das antigas oficinas para instalação dos Serviços Administrativos.

O Investimento realizado vem na persecução de uma contínua melhoria, na recuperação e adequação das nossas instalações em termos de condições de utilização. Pretende-se deste modo, dar continuidade à adaptação e modernização que tem vindo a ser feita na SCMS.

Lar Acácio Barradas - Demos inicio ao projecto de Requalificação e ampliação do Lar Acácio Barradas.

3.2.2 - Arrendamento

Houve no ano de 2018 um aumento no volume das rendas no valor de 28.537,75 €. Os serviços de manutenção e conservação vêm actuando sempre de forma responsável, com o objectivo de manter os edifícios arrendados nas melhores condições de habitabilidade.

3.2.3 - Rendas em Atraso

Ao longo deste período de tempo, no âmbito de recuperar o maior número possível de rendas em atraso, foram efectuadas diligências no sentido de reaver os valores em dívida por parte dos inquilinos.

3.2.4 - Venda de Património

Ainda na área do património, a Mesa Administrativa da SCMS alienou em 2018 património cujo rendimento era inexistente, e a instituição só tinha 50% da Fracção, podendo desta forma investir na reparação de outros imóveis.

O prédio alienado foi:

– Prédio da Rua Major Perestrelo da Conceição, 20

3.3 - Respostas Sociais

Ao longo do ano de 2018, mantendo o foco no utente/cliente, a SCMS continua a defender e promover o respeito pelo indivíduo, satisfazendo as suas necessidades biopsicossociais, melhorando a sua qualidade de vida e promovendo o envelhecimento activo.

Cada vez mais se registam admissões de idosos para os nossos lares, em situação de dependência moderada ou acentuada, que os condicionam na realização das actividades de vida diária e altera as necessidades e serviços a prestar, sendo pertinentes recursos humanos especializados. Contudo nós temos sabido gerir toda esta evolução na população quer a nova quer a residente, com grande profissionalismo e dedicação.

Em relação ao apoio prestado, o número médio de utentes apoiados foi:

Respostas Sociais	2018	2017
Lar Acácio Barradas	32	32
Lar Dr. Paula Borba	94	95
Centro Apoio Idosos Dependentes	56	57
Apoio Domiciliário	78	83
CATI - Lar	78	78
CATI - Serv. Apoio Domiciliário	34	36
CATI - Centro Dia	1	2
Total Utentes	373	383



3.3.1 - Animação Sociocultural nos Lares

As actividades desenvolvidas são imprescindíveis para a actuação, baseada na qualidade e na eficácia, numa perspectiva do bem-estar dos utentes/clientes. Um dos objectivos é motivar o idoso, indo ao encontro dos seus interesses e trabalhando na diversidade e na melhoria contínua e no maior número de actividades realizadas e à disposição dos utentes.

3.3.2 - Serviço de Apoio Domiciliário

O ano de 2018 registou um decréscimo do número médio de clientes ao longo do ano, embora se tenha assistido a uma reconfiguração dos serviços prestados, processo que se mantém em execução e pretende conferir uma maior equilíbrio e funcionalidade da resposta.

A prestação de apoio domiciliário, garantindo uma alimentação saudável e a qualidade de um serviço de higiene pessoal, imagem e bem-estar e de higiene habitacional.

3.4 - Serviços Partilhados

Os Serviços Partilhados, continuam o seu processo de capacitação institucional, permitindo à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ter uma melhor resposta na sua capacidade organizacional.

3.4.1 - Cozinha

O bem-estar e a saúde de todos os utentes e colaboradores tem sido uma aposta da instituição que prima por servir refeições com qualidade nutricional de acordo com os pressupostos da roda dos alimentos, respeitando os princípios da segurança alimentar, o rigor e profissionalismo de todos os colaboradores da cozinha e copas, confeccionando em 2018, 266.834 refeições.

3.4.2 - Lavandaria

A lavandaria é um serviço partilhado da SCMS, opera no âmbito do tratamento de roupa dos clientes/utentes e roupa da instituição.

Fazem parte das actividades diárias deste serviço a recolha de roupa das diversas respostas sociais/serviços, selecção da roupa, marcação, lavagem, engomadoria e em determinadas circunstâncias com a intervenção de costura, voltando ao processo de separação, selecção e entrega da roupa lavada.

A construção da obra da lavandaria, em 2017 veio melhorar o seu desempenho e funcionamento em 2018, que higienizou 98.941,71 kg.



3.4.3 - Frota

Os transportes são um serviço de apoio à instituição, intervém no âmbito das deslocações dos clientes/utentes e funcionários, assim como no transporte de refeições e roupa. Fazem parte das actividades diárias deste serviço 14 viaturas para dar resposta às necessidades.

As metodologias de trabalho, para a gestão de frota, têm vindo a ser alvo de uma reapreciação, com vista à redução de gastos. Ainda neste âmbito, iremos operacionalizar um processo para melhorar o controlo sobre a frota constituída por 14 viaturas ligeiras/mistas. Em 2018 verificou-se uma diminuição do consumo de combustíveis em 4%.

3.4.4 - Sistemas, tecnologias e gestão de informação

No âmbito de tornar a SCMS mais Digital, a Instituição tem investido na renovação tecnológica e na disponibilização de soluções que visam aumentar a produtividade, a colaboração e melhorar a comunicação interna. Em 2018, deu-se início a um projecto para desenvolver uma infra-estrutura tecnológica necessária para integrar a informação da SCMS numa única base de dados corporativa com o objectivo de reduzir custos internos e de contexto.

3.4.5 - Regulamento Geral de Protecção de Dados

Com a entrada em vigor do RGPD, foi elaborado um Plano, com o objectivo de definir o processo de comunicação que capacite e oriente as metodologias, boas práticas e implementação de controlos, para garantir a conformidade, nas seguintes vertentes:

- Segurança Organizacional.
- Gestão de Risco.
- Gestão do Compliance.

Ética e Confidencialidade

- a) Assegurar o cumprimento dos valores éticos de confidencialidade, por todas as partes envolvidas no processo.
- b) Garantir o respeito pela dignidade de todos os utentes, colaboradores e restantes partes interessadas.

3.5 - Actividades

A SCMS no ano de 2018, realizou nos seus Lares actividades da vida diária, aniversários, tardes com animação musical e passeios ao exterior.



Acontecimentos em datas festivas como o Carnaval, Páscoa, um verão em festa com Santos Populares, passeios à praia e a diversos espectáculos (Teatro, Musicais, Visita a Fátima, Jardim Zoológico de Lisboa e ao Museu Popular, etc.).

A SCMS voltou a realizar a sua Festa de Natal no Fórum Luisa Todi, um espectáculo que foi presenciado por cerca de 200 utentes dos seus vários Lares e de outras instituições e por representantes de diversas entidades da cidade, que contou com a participação dos utentes e funcionários da instituição e de vários artistas da nossa cidade, entre eles, Amigos do Xico da Cana, Jorge Nice, Deolinda de Jesus e a Academia de Musica e Belas Artes Luisa Todi.

O Jantar de Natal da SCMS que reuniu no Lar Dr. Paula Borba, cerca de 140 funcionários da instituição e elementos dos Corpos Sociais, num alegre convívio.

3.6 - Saúde

3.6.1 - Clínica de Medicina Física e Reabilitação

Recorreu-se á implementação gradual de um novo modelo de gestão, procurando o desenvolvimento da qualidade da informação interna e externa, melhorando a capacidade de resposta, através de um novo programa informático, já adquirido, e cuja utilização se iniciará em 2019. Assim melhoramos o sistema de marcação de consultas e de tratamentos, os registos clínicos e o processo de facturação.

De salientar que a SCMS renovou o contrato com o Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. para o ano de 2019 para as consultas de Fisiatria e os tratamentos de fisioterapia.

3.6.2 - Clínica Médica

A área da saúde continua a ser uma área de desenvolvimento social da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, quer no seu plano económico, quer no seu importante papel histórico.

O ano de 2018, ficará sempre como um ano decisivo no novo modelo de negócio da saúde para a SCMS, quer alterando o paradigma posicionamento, quer implicando profundas reformas na sua forma de estar, perante o universo dos vários atores privados e públicos, quer na complementaridade da sua prestação de serviços ao Serviço Nacional de Saúde.

Neste período a nossa capacidade instalada foi de 24.021 consultas de Medicina geral e familiar para adultos sem médico de família.

A relação da SCMS com o ACES Arrábida – ARSLVT – SNS, tem no ano em análise, factos particularmente relevantes, tais como, o grau de satisfação por parte dos utentes e o cumprimento dos rácios que influenciaram o nosso relacionamento com estas Instituições. Demonstrada a eficiência e eficácia explica a renovação do contrato para o ano de 2019.



3.7 - Stakeholders

Pela própria génese da diversidade das actividades desenvolvidas e das inter-relações internas e externas que estabelecemos com os nossos stakeholders (Irmãos, Utentes, Fornecedores, Estado, etc.), na SCMS, estamos cientes do nosso contributo para a sociedade e por esta razão, assumimos seriamente as nossas responsabilidades. Por isso, as nossas acções, políticas e decisões são tomadas e monitorizadas com o máximo de atenção, tendo na mais alta consideração os interesses dos nossos stakeholders.

3.8 - Agradecimentos

É devida uma palavra de caloroso reconhecimento a todos os colaboradores da SCMS, pelo seu empenho e contributo para o sucesso das actividades desenvolvidas e contempladas no presente relatório.

Aos membros da Mesa Administrativa é igualmente devido forte agradecimento pela disponibilidade permanente no acompanhamento das actividades da Instituição.

Também o Definitório acompanhou com regularidade o exercício de 2018, o que se regista com apreço.

Aos Revisores, parceiros dedicados da nossa instituição.

Por fim, uma palavra de reconhecimento a todas as entidades, com quem a SCMS estabeleceu parcerias e que continuam a depositar confiança nos serviços desta instituição.

3.9 - Linhas relevantes de actuação e objectivos estratégicos

Para 2019, a SCMS identificou como relevante a prossecução dos seguintes objectivos estratégicos:

- Dar continuidade à estratégia de especialização e o foco no sector da saúde, através da renovação do contrato com a ARS nas consultas para utentes sem Médico de Família.

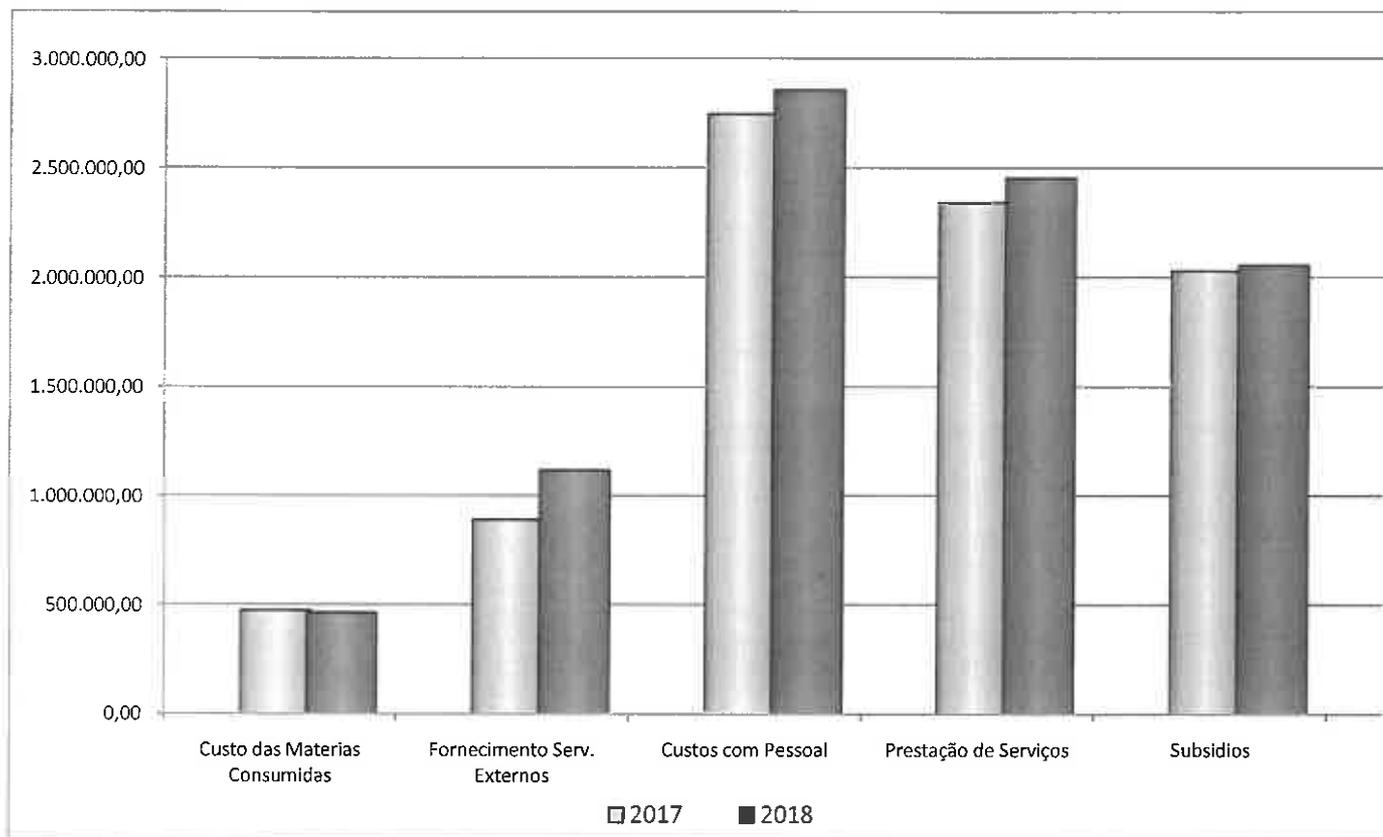
- Investimento na melhoria das tecnologias de informação e protecção de dados.

- Requalificação e ampliação do Lar Acácio Barradas.



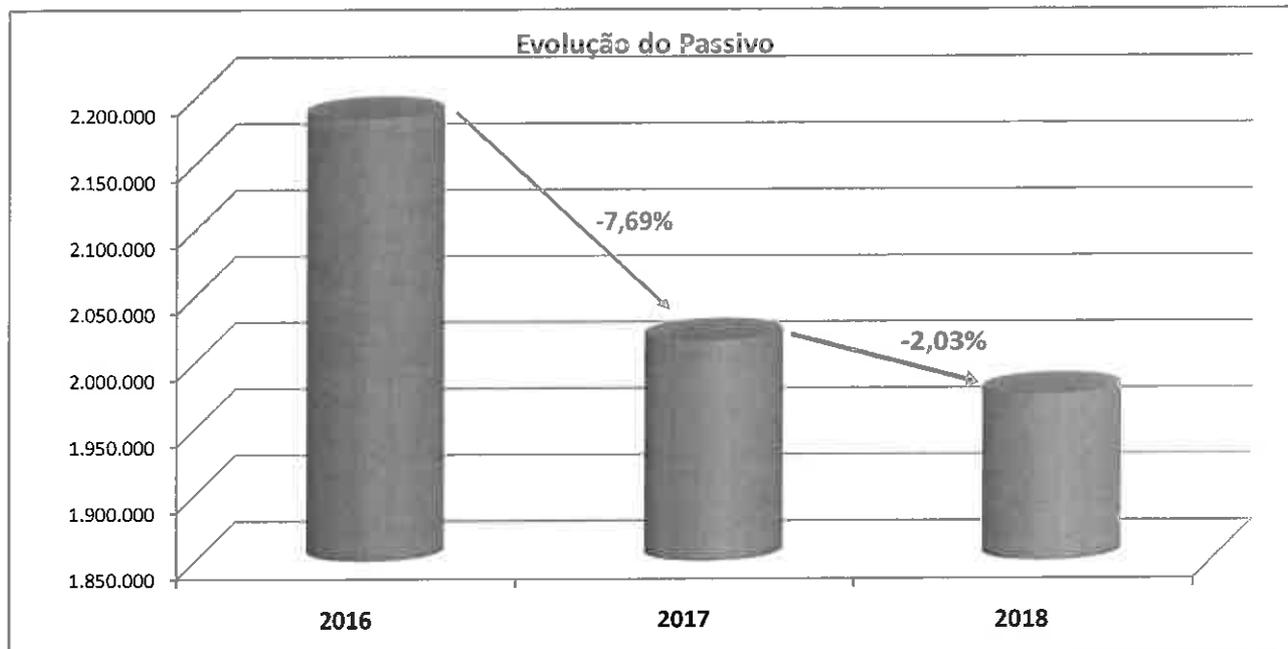
3.10 - Conclusão

Terminado o ano de 2018 a SCMS tem hoje um modelo organizativo e uma estrutura mais eficiente, permitindo em simultâneo, um crescimento sustentado e com um aumento da competitividade.



Relativamente às principais rubricas operacionais, conforme gráfico acima, verificamos a estabilidade global quer das receitas quer das principais rubricas de gastos operacionais, sendo que as Prestações de serviços evidenciam um acréscimo de cerca de 113 mil euros e as rubricas de gastos operacionais (materiais consumidos, FSE e Pessoal) um acréscimo de cerca de 302 mil, sendo o resultado operacional de 60 mil euros.

É essencial registar a redução do passivo global de cerca de 41 k euros em relação ao ano anterior, para a qual contribuiu essencialmente a redução dos volumes da dívida a fornecedores no montante de 31 K euros.



O conjunto destas medidas é já visível nos resultados líquidos do ano, que foram positivos em 39.607,58 euros.

	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	39.607,58	131.357,50
Cash Flow (1)	272.664,82	343.334,93
EBITDA	278.814,17	376.105,67

(1) – Cash Flow= Resultado Líquido Exerc. +/- (Depreciações + Imparidades e Provisões) - Resultado Gesmiseris

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 39.607,58 euros propõe-se a transferência para Resultados Transitados.

Setúbal, 11 de Março de 2019

Pela Mesa Administrativa



(Provedor)

**4 – NUMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO****4.1 – Valências Sociais**

	Lar Acácio Barradas		Lar Dr. Paula Borba		CAID		Apoio Domiciliário		CATI (ERPI, SAD, CD e CS)*	
	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.
Directora Coordenadora							1		1	
Técnica Sup. Serviço Social	1		1		1				1	
Terapeuta Ocupacional					1		1			
Fisioterapeuta					1				1	
Encarregada Serv. Gerais	1		1						1	
Ajudante Lar	15		21		26				21	
Ajudantes Familiares							16	13		8
Trabalhadoras Serv. Gerais	3		5		4				6	
Engomadora	**		3		**				4	
Animadora Socio-Cultural	1		1						1	
Técnica Auxiliar Serviço Social					1					
Porteiro	1		2							
Administrativa									1	
Empregadas de Refeitório	1		3		6				4	
Enfermeiros	**		**		**					6
Médico	**		**		**					1
Motoristas	**		**		**					

* - ERPI - Lar | SAD - Serv. Apoio Domiciliário | CD - Centro de Dia | CS - Cantina Social

** - O Pessoal está descrito no ponto 2 na Valência correspondente

4.2 – Outras Valências

	Serv. Administrativos		Património		Serviços de Saúde		Lavandaria		Cozinha		Clínica	
	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.
Directora Coordenadora	2		1									
Engarregado Sector	1											
Administrativos	6		1								4	
Técnica Sup. Serviço Social	1											
Motoristas	3											
Porteiros	1											
Trabalhadoras Serv. Gerais	1						2		1		2	
Arquiteta			1									
Carpinteiro			1									
Pedreiro												
Servente de Pedreiro			1									
Pintor			1									
Electricista												
Canalizador												
Médico					1							10
Psicólogo					1							
Enfermeira Cordenadora					1							
Enfermeiros					4	9						
Operadoras de Lavandaria							2					
Costureiras							2					
Engomadoras							2					
Cozinheira									5			
Empregada de Refeitório									3			
Ajudantes de Cozinha									2			
Economista									1			
Fisioterapeutas											8	
Ajudantes de Fisioterapia											6	
Fisiatras												2



5 – BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2018	2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5.801.455,48	5.768.700,50
Propriedades de investimento	5	5.487.504,24	5.580.734,22
Investimentos financeiros	6	102.544,34	88.578,01
Subtotal		11.391.504,06	11.438.012,73
Ativo corrente			
Inventários	7	12.120,46	12.754,37
Clientes	8	14.640,79	34.512,34
Estado e outros Entes Públicos	9	14.307,33	17.990,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	38.053,17	25.786,17
Créditos a receber	11	403.686,78	352.511,98
Diferimentos	12	13.312,58	13.443,62
Caixa e depósitos bancários	13	51.482,74	36.200,49
Subtotal		547.603,85	493.199,87
Total do Ativo		11.939.107,91	11.931.212,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	2.567.991,77	2.567.991,77
Resultados transitados	14	(4.534.235,80)	(4.725.086,17)
Excedentes de revalorização	14	9.703.634,92	9.753.515,03
Ajustamentos / Outras Variações Capitais Próprios / Fundos patrimoniais	14	2.186.980,52	2.187.359,14
Subtotal		9.924.371,41	9.783.779,77
Resultado Líquido do período	14	39.607,58	131.357,50
Total do fundo do capital		9.963.978,99	9.915.137,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	40.522,95	53.276,71
Financiamentos obtidos	16	160.421,04	228.770,45
Subtotal		200.943,99	282.047,16
Passivo corrente			
Fornecedores	17	327.068,30	410.727,53
Estado e outros Entes Públicos	9	129.785,28	113.237,98
Financiamentos obtidos	16	272.256,44	334.412,90
Outras dívidas a pagar	18	1.045.074,91	875.649,76
Subtotal		1.774.184,93	1.734.028,17
Total do passivo		1.975.128,92	2.016.075,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11.939.107,91	11.931.212,60



6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS a 31 de DEZEMBRO 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	19	2.455.018,40	2.342.085,07
Subsídios, doações e legados à exploração	20	2.055.306,40	2.028.422,55
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias ,associadas e emp. Conj.	6	8.567,43	25.635,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(462.888,10)	(472.807,48)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1.117.103,06)	(889.006,41)
Gastos com o pessoal	23	(2.831.882,08)	(2.747.868,78)
Imparidade de Dividas a Receber (perdas/reversões)	24	(23.000,00)	(20.687,57)
Provisões (aumentos/reduções)	15	-	(8.000,00)
Outros rendimentos	25	240.467,09	201.642,63
Outros gastos	26	(45.671,91)	(83.310,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		278.814,17	376.105,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(218.624,67)	(208.925,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		60.189,50	167.180,14
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	28	(20.581,92)	(35.822,64)
Resultados antes de impostos		39.607,58	131.357,50
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		39.607,58	131.357,50



7 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	1.936.245,21	1.750.316,86
Pagamento de subsídios	0,00	0,00
Pagamento de apoios	0,00	0,00
pagamento de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-1.531.999,11	-1.648.998,88
Pagamentos ao pessoal	-2.673.307,99	-2.575.321,48
Caixa gerada pelas operações	-2.269.061,89	-2.474.003,50
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos (Nota 13.1)	2.320.580,65	2.394.112,89
Fluxos das actividades operacionais [1]	51.518,76	-79.890,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-156.930,45	-116.786,85
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-30.000,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros (Nota 13.1)	311.955,00	250.267,00
Outros activos	1.844,95	2.888,47
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	124,37	115,60
	313.924,32	253.271,07
Fluxos das actividades de investimento [2]	126.993,87	136.484,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	255.000,00	563.962,83
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	255.000,00	563.962,83
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-392.874,07	-592.820,36
Juros e gastos similares	-20.581,92	-22.483,66
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-413.455,99	-615.304,02
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-158.455,99	-51.341,19
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	20.056,64	5.252,42
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	31.426,10	26.173,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51.482,74	31.426,10



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2017

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Notas	2.587.991,77	-4.788.078,89	9.805.082,78	2.197.337,76	1.701,48	9.784.035,10	9.784.035,10
6							
Alterações no período:							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento		51.567,75	-51.567,75	-9.978,62		-9.978,62	-9.978,62
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.						0,00	0,00
Excedentes de reavaliação de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.		9.723,29				9.723,29	9.723,29
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-43.700,00	0,00	-4.990,64	0,00	-255,33	-255,33
7	0,00	-43.700,00	0,00	-4.990,64	0,00	-255,33	-255,33
Resultado líquido do período					131.357,50	131.357,50	131.357,50
8							
Resultado extensivo					131.357,50	131.102,17	131.102,17
9-7-8							
Operações com Instituidores no período							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							0,00
Distribuições							0,00
Outras operações		1.701,48			-1.701,48		0,00
10	0,00	-26.718,15	0,00	0,00	26.718,15	0,00	0,00
6+7+8+10	2.587.991,77	-4.725.086,17	9.753.515,03	2.187.359,14	131.357,50	9.916.137,27	9.916.137,27
Posição no fim do período 31-12-2017							

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



9 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(montantes expressos em euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal – S.C.M.S., com sede na Rua Acácio Barradas Nº 2 em Setúbal, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída por despacho publicado no Diário da Republica II Serie de 20/05/83, registada na Segurança Social aprovado pela portaria Nº778/83 de 23 de julho na Direção Geral da Segurança Social, no livro I das irmandades da Misericórdia sob o Nº 13/84, a folhas 166 verso e 167, em 06/06/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal é uma associação de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, salvaguardando os seus valores culturais e históricos, tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais direccionadas para a Terceira Idade e Religião, privilegiando os grupos mais vulneráveis e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

No exercício de 2015 foi concluído o processo de adaptação do *Compromisso* aos princípios básicos da Lei nº 30/2013 de 8 de Maio e do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, tendo sido aprovado na assembleia-geral realizada em 25/06/2015 o novo *Compromisso*.

Do novo compromisso ressalta a inclusão neste documento base da instituição de todo um conjunto de actividades passíveis de serem exercidas com vista à concretização dos fins subjacentes à sua criação e funcionamento, as quais na sua generalidade têm em conta as características de intervenção social subjacentes à instituição.

Em 2015 concluiu-se o processo de avaliação dos imóveis, tendo do mesmo resultado um incremento nas rubricas de Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento num total de 1.65 M euros e a incorporação nos activos de um conjunto de imóveis anteriormente doados ou herdados pela Santa casa da Misericórdia de Setúbal cujo registo processual só ficou concluído nesse ano, originando um acréscimo de 0,96 M Euros. A Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam adequados face à realidade presente do mercado imobiliário.

Relativamente aos bens do património histórico, artístico e cultural, não foi ainda possível concluir a sua própria inventariação com vista à determinação do respectivo valor associado, pelo que o balanço apresentado não integra qualquer valor desta natureza.

2 - COMPARABILIDADE E REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da S.C.M.S. – Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicado às entidades do sector não lucrativo SNC-ESNL, efectivas para o período iniciado



em 1 de Janeiro de 2016, conforme alterações normativas constantes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (“EC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) consignadas no aviso 82594/2015 de 29 de Julho de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

A aplicação do normativo actualmente em vigor nas contas referentes ao ano de 2016 não provocou qualquer alteração nos valores comparativos apresentados, tendo sido apenas ajustadas as designações de algumas rubricas que integram o balanço e a demonstração de resultados.

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3–Regime do acréscimo

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4–Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes.

2.5– Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6–Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7–Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8–Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1–Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo, com excepção de algumas situações específicas desta entidade tais como bens do activo atribuídos a título gratuito e inventários a serem oferecidos no âmbito da actividade da ESNL.

3.2–Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços, constituído por participações dos utentes sob a forma de mensalidades, calculado por avaliação técnica e de acordo com a situação socio-económica das famílias em regime proporcional, por quotas dos associados, rendas provenientes da exploração económica do património imobiliário, registadas em função do seu recebimento efectivo, e receitas associadas aos Activos Fixos Tangíveis Operacionais. Atendendo à actividade desenvolvida o rédito inclui ainda os montantes recebidos da Segurança Social a título de participações no custo dos utentes.

3.3–Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não foram objecto de registo.

A generalidade das taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada indicados abaixo:

<u>Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	30 – 75
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	3 – 5
Equipamento administrativo	3 - 6

Relativamente aos Edifícios e outras construções, o período de vida útil é o que decorre da reavaliação efectuada em 2015. O edifício do CAID, não incluído nesta reavaliação, mantém a vida útil atribuída na reavaliação de 2002 que é de 75 anos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações e seguros, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 30

3.5 – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais se detêm uma influência significativa ou onde se exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação detida nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando se tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação.

3.6 – Créditos a receber

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.



3.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

3.8 – Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9 – Subsídios, doações e legados á exploração

Os subsídios á exploração relacionados com rendimentos são imputados ao resultado do período, salvo se destinarem a financiar gastos e despesas a incorrer em exercícios futuros, em que se difere o montante recebido até ao momento em que ocorre o gasto.

Os subsídios do governo e outras entidades, não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, para os activos depreciáveis, são reconhecidos como rendimentos à medida que ocorrem as suas depreciações.

Relativamente aos subsídios para activos não depreciáveis (Terrenos), são mantidos nos Fundos Patrimoniais, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

3.10- Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

3.11–Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, e os rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.



4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2018 e em 31.12.2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

4.1 - Ativos Fixos Tangíveis 2018

Custo	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.340.373,09	52.523,25	-	-	-	3.392.896,34
Equipamento básico	1.226.635,64	14.184,86	-	-	-	1.240.820,50
Equipamento de transporte	226.695,59	12.394,59	-	-	-	239.090,18
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	370.767,05	-	-	-	-	370.767,05
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos Fixos Tang. em Curso	-	81.245,98	-	-	-	81.245,98
Total	8.645.311,92	160.348,68	-	-	-	8.805.660,60
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.204.783,43	80.480,47	-	-	-	1.285.263,90
Equipamento básico	1.135.543,61	20.259,01	-	-	-	1.155.802,62
Equipamento de transporte	179.459,31	18.844,08	-	-	-	198.303,39
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.825,07	7.710,14	-	-	-	364.535,21
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.876.611,42	127.293,70	-	-	-	3.003.905,12
				VALOR LIQUIDO	5.801.755,48	

Os investimentos concluídos no ano traduzem o esforço de renovação nos edifícios nomeadamente com obras no CAID de reparação do balneário, clínica e piscina, no equipamento básico com obras de manutenção e no equipamento de transporte com aquisição de uma nova viatura para o apoio domiciliário.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a valores gastos com obras que se encontram a decorrer nos serviços administrativos da SCMS e a Projectos de Requalificação e Ampliação do Lar Acácio Barradas.



4.2 - Ativos Fixos Tangíveis 2017

Custo	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.288.710,49	51.662,60	-	-	-	3.340.373,09
Equipamento básico	1.165.726,36	60.909,28	-	-	-	1.226.635,64
Equipamento de transporte	163.713,88	62.981,71	-	-	-	226.695,59
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.201,22	14.565,83	-	-	-	370.767,05
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	8.455.192,50	190.119,42	-	-	-	8.645.311,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.133.294,00	71.489,43	-	-	-	1.204.783,43
Equipamento básico	1.114.873,29	20.670,32	-	-	-	1.135.543,61
Equipamento de transporte	163.713,88	15.745,43	-	-	-	179.459,31
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	348.684,53	8.140,54	-	-	-	356.825,07
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.760.565,70	116.045,72	-	-	-	2.876.611,42
					VALOR LIQUIDO	5.768.700,50

Os investimentos concluídos no ano relativos a Edifícios e Outras construções dizem respeito a obras de reparação efetuadas nos diversos edifícios da SCMS. No que respeita ao aumento ocorrido no equipamento básico e equipamento de transporte deve-se respetivamente à instalação de novas caldeiras e aquisição de novas viaturas para o apoio domiciliário.

4.3 Reavaliação Activos Fixos Tangíveis

O valor líquido dos Activos Fixos Tangíveis reavaliados é o seguinte:

	Valor líquido	depreciações	Valor líquido
	31/12/2017	2018	31/12/2018
Terrenos	3 480 841		3 480 841
Edifícios	1 790 053	36 615	1 753 438
Total	5 270 894	36 615	5 234 279

Atendendo à operação de avaliação efectuada em 2015 e tendo em conta que a evolução ocorrida no mercado desde essa altura não indicia alterações significativas que possam por em causa os valores dessa avaliação, a Mesa entende que os valores de referência ai apurados continuam actuais e que o valor líquido de balanço data de 31/12/2018 corresponde ao efectivo valor dos activos.

Relativamente ao imóvel do CAID reavaliado em 2002 e não incluído na avaliação de 2015 foram mantidos sem qualquer alteração os valores líquidos contabilísticos e a vida útil atribuída na anterior reavaliação. O valor líquido à data de 31/12/2018 ascende a 2.410.112 euros.

5 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica diz respeito a imóveis e terrenos de propriedade da SCMS que se encontram arrendadas.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2018 e de 2017, foram os constantes do quadro abaixo:

Propriedades de Investimento	2018	2017
	Edifícios e Out. Const.	Edifícios e Out. Const.
Saldo Inicial	5.872.109,42	5.967.613,97
Aumentos	47.681,10	8.995,50
Diminuição	(52.505,38)	(104.500,05)
Saldo Final	5.867.285,14	5.872.109,42
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	291.375,20	201.107,89
Depreciações Exercício	91.030,97	92.879,81
Aumentos	0,00	0,00
Diminuição	(2.625,27)	(2.612,50)
Saldo Final	379.780,90	291.375,20
Valor Líquido	5.487.504,24	5.580.734,22



S.C.M.S. - Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

O aumento ocorrido no ano deve-se fundamentalmente a um imóvel, em parte doado, tendo a SCMS adquirido a parte restante.

No ano de 2018 foi alienado um imóvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, sito na Rua Major Perestrelo da Conceição nº20.

Desta operação resultou o registo de uma menos valia de cerca de 20 mil euros. (nota 25). Esta alienação diz respeito a um bem que foi objeto de reavaliação em anos anteriores pelo que foi transferido para resultados transitados o valor líquido da reserva de reavaliação à data da venda (nota 14).

6 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31.12.2018 e 31.12.2017, o saldo da rubrica é conforme se segue:

<i>Descrição</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
<i>Participações financeiras</i>	<i>84.882,66</i>	<i>76.315,23</i>
<i>Fundo Compensação Trabalho</i>	<i>17.661,68</i>	<i>12.262,78</i>
Total	102.544,34	88.578,01

Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal detém à data de 31 de Dezembro de 2018 a seguinte participação:

<i>Denominação</i>	<i>%</i>	<i>Capital próprio</i>	<i>Resultado líquido</i>	<i>Valor da Participação</i>
<i>Gesmiseris - Unipessoal, Lda</i>	<i>100</i>	<i>84.882,66</i>	<i>8.567,43</i>	<i>84.882,66</i>

O movimento ocorrido durante o ano de 2018 foi o seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>Saldo inicial a 01/01/2018</i>	<i>76.315,23</i>
<i>Ganhos imputados de subsidiárias</i>	<i>8.567,43</i>
<i>Saldo final a 31/12/2018</i>	<i>84.882,66</i>

Em 31 de Dezembro de 2018, a empresa apresentava os seguintes saldos e transacções com a empresa participada:

<i>Transacções</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
<i>Rendas (i)</i>	<i>12.000,00</i>	<i>7 200</i>
<i>Compras</i>	<i>95.413,36</i>	<i>95.010,07</i>

<i>Saldos</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
<i>Contas a Pagar</i>	<i>134.644,36</i>	<i>127.021,87</i>
<i>Contas a Receber</i>	<i>-</i>	<i>-</i>



7 – INVENTÁRIOS

Desta rubrica fazem parte diversos materiais utilizados para a higiene, tratamento e bem-estar dos utentes, que totalizam em 31.12.2018 e 31.12.2017 respectivamente as quantias de 12.120,46 euros e 12.754,37 euros.

8– CLIENTES e UTENTES

A rubrica do balanço clientes no montante de 14.640,79 euros refere-se a dívida líquida de imparidades dos utentes dos lares. Este montante tem incluído um total de imparidade de 22.749,83 euros.

9– ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31.12.2018 e em 31.12.2017, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

	2018	2017
Descrição		
Ativo		
IVA a Recuperar	14.307,33	17.990,90
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	14.307,33	17.990,90
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	22.327,92	16.799,76
Segurança Social	106.839,42	95.764,64
Outros Tributações	617,94	673,58
Total	129.785,28	113.237,98

10 – FUNDADORES / BENEMERITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31.12.2018 e em 31.12.2017 os saldos em aberto relativo aos associados eram como segue:

Descrição	2018			2017		
	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida
Associados						
Associados C/C	55.521,97	(17.468,80)	38.053,17	43.254,97	(17.468,80)	25.786,17
Associados Cob. Duv.	137.152,25	(137.152,25)	-	137.152,25	(137.152,25)	-
	192.674,22	(154.621,05)	38.053,17	180.407,22	(154.621,05)	25.786,17



11- CRÉDITOS A RECEBER

A Rubrica Créditos a receber desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	11.731,13	14.218,32
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.692,58	36.790,23
Subsistemas	113.410,97	79.479,97
Utentes	246.257,40	206.463,76
Inquilinos	3.649,00	9.083,00
Outros Devedores	88.503,45	65.024,91
Perdas por Imparidade	(63.557,75)	(58.557,75)
Total	403.686,78	352.502,44

A rubrica de “Inquilinos” apresenta uma redução de 5.434 euros relativamente a 2017, reflectindo o efeito de a SCMS, face ao acumular de situações associadas às dificuldades de cobrança, ter passado em 2016 a proceder ao reconhecimento do rédito pelos valores efectivamente recebidos. O valor em aberto é relativo aos montantes de rendas emitidas e não recebidas até 31/12/2015, para as quais existem acordos de regularização.

O montante de rendas não recebidas a 31/12/2018 ascende a cerca de 34.309 euros. Durante o ano de 2018 a SCMS continuou a apreciação das situações quer por via judicial ou por acordo com os inquilinos ainda poderão ser objecto de recuperação.

12- DIFERIMENTOS

Em 31.12.2018 e em 31.12.2017 as rubricas do activo corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Juros	-	-
Seguros	13.153,19	13.046,98
Contratos Assistência	159,39	396,64
Total	13.312,58	13.046,98

O valor dos diferimentos à data de 31/12/2018 refere-se, essencialmente aos seguros cujas coberturas respeitam ao ano de 2019.



13 – CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 a rubrica Caixa e Depósitos Bancários decompõe-se como se segue:

Descrição	2018	2017
Saldos Activos		
Caixa	20.459,66	19.926,13
Depósitos à Ordem	30.803,80	16.057,16
Outros Depósitos Bancários	219,28	217,20
Sub-Total	51.482,74	36.200,49
Saldos Passivos		
Depósitos à Ordem	0,00	-4.774,39
Total	51.482,74	31.426,10
Variação Saldos Caixa 2018/2017	20.056,64	13.280,71

13.1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Outros Recebimentos / Pagamentos

O valor apresentado inclui os subsídios recebidos correspondentes às valências da instituição em 2018 e 2017 no montante de 2.055.306,40 e 2.028.422,55 euros respectivamente.

Recebimentos de Investimentos Financeiros

O valor apresentado inclui os valores recebidos relativos às vendas/adiantamentos por conta de vendas de três imóveis (210.000 euros) e os valores recebidos relativos a rendas no montante de 130.000 euros (102.376 euros em 2017).

14– FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações ocorridas nos Fundos Patrimoniais foram as seguintes:

Descrição	01-12-2018	Aumentos	Diminuições	Transferências entre contas	31-12-2018
Fundos	2.567.991,77	-	-	-	2.567.991,77
Resultados transitados	(4.725.086,17)	140.970,26	-	49.880,11	(4.534.235,80)
Excedentes de revalorização	9.753.515,03	-	-	(49.880,11)	9.703.634,92
Ajustam./Outras Variações CP / Fundos Patri.					
Doações e Similares	1.667.722,26	9.600,00	-	-	1.677.322,26
Subsídios ao Investimento	598.741,34	-	(9.978,62)	-	588.762,72
Outros	(79.104,46)	-	-	-	(79.104,46)
Total Ajust./OVCP / FP	2.187.359,14	9.600,00	(9.978,62)	-	2.186.980,52
Resultado Líquido do Período	131.357,50	39.607,58	131.357,50	-	39.607,58
Total	9.915.137,27	190.177,84	121.378,88	0,00	9.963.978,99



S.C.M.S. - Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

O aumento de 140.970,26 euros nos resultados transitados reflecte a aplicação dos resultados de 2017 no montante de 131.357,50 euros e a redução do ano da provisão constituída em 2016 que afectou esta rubrica (nota 15).

Em função das operações de alienação de património ocorridas no ano (nota 5) foi transferido para resultados transitados o valor à data da venda da reserva de reavaliação destes imóveis.

15 - PROVISÕES

Em 31.12.2018 e 31.12.2017, o saldo da rubrica "Provisões" é conforme se segue:

Descrição	2018	2017
Processos Judiciais em Curso	4.859,00	8.000,00
Outras Provisões	35.663,95	45.276,71
Total	40.522,95	45.276,71

A provisão para processos judiciais e curso diz respeito a processos a decorrer relativos a Acidentes de Trabalho.

A redução de 9.612,76 euros ocorrida nas Outras Provisões decorre da reapreciação para a presente data da eventual necessidade de ajustamentos aos valores dos activos ou passivos em balanço. Dada a sua característica, a mencionada redução teve um reflexo positivo em resultados transitados.

Relativamente ao processo que envolve a resolução do contrato promessa compra e venda da loja do imóvel da Rua Almeida Garrett e de acordo com os nossos advogados, o valor da responsabilidade associada a este processo ascende a cerca de 87 mil euros. Atendendo à posição actual do processo e tendo em conta que o montante da responsabilidade terá como contrapartida a posse do imóvel em causa, não foi registado qualquer valor a título de provisão. O valor patrimonial tributável deste imóvel ascende a cerca de 97 mil euros, sendo significativamente superior à responsabilidade referida, eventualmente a assumir neste processo.

16- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31.12.2018 e em 31.12.2017, o saldo da rubrica "Financiamentos Obtidos" é conforme se segue:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	197.765,03	104.798,78	302.563,81	204.373,32	152.597,22	356.970,54
Loações Financeiras	29.491,41	55.622,26	85.113,67	28.765,19	76.173,23	104.938,42
Contas caucionadas	45.000,00	-	45.000,00	96.500,00	-	96.500,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	4.774,39	-	4.774,39
Total	272.256,44	160.421,04	432.677,48	334.412,90	228.770,45	563.183,35



Garantias prestadas

À data de 31 de Dezembro as garantias existentes são como segue:

- Millennium BCP – 54.377€ - emitida a favor Câmara Municipal de Setúbal para garantia obras a realizar na Quinta dos Comediantes
- Caixa Geral Depósitos – 2.500€ - Aval prestado no âmbito da garantia bancária da Gesmiséris, Unip., Lda. a favor do departamento jogos da Santa Casa da Misericórdia Lisboa

17– FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores nos exercícios findos em 31.12.2018 e em 31.12.2017 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	318.668,30	410.727,53
Fornecedores títulos a pagar	8.400,00	
Total	327.223,28	410.727,53

18– OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A Rubrica Outras dividas a pagar desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2018	2017
Pessoal	3.811,23	
Fornecedores de Investimentos	76.182,70	23.628,95
Credores por acréscimos de gastos	507.221,40	593.611,06
Utentes	230.454,55	196.121,75
Ossarios	6.125,00	6.675,00
Outros credores	221.280,03	55.613,00
Total	1.045.074,91	875.649,76

O montante registado em “Credores por acréscimo de gastos” diz respeito, essencialmente, à estimativa de remunerações a liquidar ao pessoal. O valor total da estimativa de remunerações ao pessoal, 464.416,36 euros, inclui um montante de 83.417,86 euros respeitante ao CATI.



19- SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de Serviços a 31.12.2018 e em 31.12.2017 detalhavam-se conforme se segue:

Descrição	2018	2017
Mensalidades de Utentes:		
Lares de Idosos	1.482.271,20	1.455.341,44
Apoio Domiciliário	115.099,21	110.863,78
CAID - Utentes Particulares	59.205,14	91.160,41
CATI - SAD	73.393,91	61.350,77
CATI - Centro de Dia	1.462,90	4.266,18
Total de Mensalidades de Utentes	1.731.432,36	1.722.982,58
Quotizações e joias	31.331,00	31.368,00
Total de Quotizações e Joias	31.331,00	31.368,00
Serviços Secundários:		
Reabilitação	347.756,34	393.753,37
Programas	0,00	13.286,50
Meios Complementares	1.777,94	1.989,29
CATI - Cantina Social	43.850,00	76.087,50
Consultas Medicina Familiar	215.271,00	0,00
Outros	83.599,76	102.617,83
Total de Serviços Secundários	692.255,04	587.734,49
Total de Prestação de Serviços	2.455.018,40	2.342.085,07

O valor da rubrica "Consultas Medicina Familiar diz respeito ao Protocolo celebrado com a ARS para a prestação de serviços médicos em complemento do Serviço Nacional de Saúde, que teve início em janeiro 2018. Esta prestação de serviços implicou igualmente um acréscimo da rubrica de honorários e noutros gastos de funcionamento (nota 22).

20- SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor presente nesta rubrica refere-se ao recebimento do subsídio da Segurança Social correspondente às várias valências asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

	2018	2017
Lar Dr. Paula Borba	438.136,94	429.103,76
Lar Acácio Barradas	146.945,98	143.598,24
Centro Apoio Idosos Dependentes	491.784,50	494.078,98
Apoio Domiciliário	438.563,12	443.250,93
CATI	539.875,86	518.390,64
Total	2.055.306,40	2.028.422,55

21 – CUSTO DOS MATERIAIS CONSUMIDOS

Descrição	2018			2017
	Inventário 01/01/18	Compras	Inventário 31/12/18	Consumo do Ano
Medicamentos e Fraldas	7.085,50	148.152,39	7.945,27	147.292,62
Consumíveis Refeitório	0,00	253.890,72	0,00	253.890,72
Material Limpeza e Outros	5.668,87	60.211,08	4.175,19	61.704,76
Total	12.754,37	462.254,19	12.120,46	462.888,10

22– FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos nos exercícios findos em 31.12.2018 e em 31.12.2017 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2018	2017
621 - Subcontratos	-	-
622 - Serviços especializados		
. Trabalhos Especializados	73.170,70	65.914,76
. Publicidade e propaganda	2.253,98	3.893,28
. Vigilância e segurança	39.852,00	39.852,00
. Honorários	498.785,29	325.250,02
. Comissões	-	16.000,00
. Conservação e reparação	69.928,12	34.094,07
. Serviços Bancários	30.713,12	32.413,90
623 - Materiais		
. Material de Escritório	15.037,48	8.626,71
. Artigos para oferta	-	-
624 - Energia e fluidos		
. Electricidade	81.187,13	74.864,90
. Combustíveis	143.106,08	119.655,43
. Água	46.272,49	57.455,55
625 - Deslocações, estadas e transportes	229,68	215,40
626 - Serviços Diversos		
. Rendas e alugueres	2.832,87	13.347,82
. Comunicação	26.814,93	23.300,88
. Seguros	15.146,56	19.005,04
. Contencioso e Notariado	850,82	1.232,00
. Despesas de Representação	4.378,81	3.791,98
. Limpeza, Higiene e Conforto	1.775,34	1.950,77
. Outros Serviços	64.767,66	48.141,90
TOTAL	1.117.103,06	889.006,41

O aumento da rubrica de “Honorários” e “Material de Escritório” é resultante do protocolo assinado com a ARS – LVT para a acessibilidade dos utentes sem médico de medicina geral e familiar a consultas de saúde de adultos.



Desse protocolo que teve início este ano também resulta um aumento das Prestações de Serviços proveniente de “Consultas Medicina familiares” (Nota 19)

O acréscimo na rubrica “Conservação e Reparação” resulta fundamentalmente do gasto com a limpeza do terreno da Cachofarra.

A redução na rubrica “Rendas e Alugueres” resulta do término dos contratos de renting das viaturas.

O aumento do valor dos gastos referentes aos Outros Serviços resulta da aquisição de novas fardas para os funcionários.

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui honorários de revisão legal de contas de 2018 no montante de 9.225 euros.

23– GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017 detalha-se como segue:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	2.265.666,03	2.194.996,75
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	7.987,69	14.682,75
Encargos sobre as Remunerações	482.403,13	469.815,27
Seguros de Acidentes no Trabalho	35.509,32	40.956,72
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	40.315,91	27.417,29
Total	2.831.882,08	2.747.868,78

O Aumento do valor dos gastos com o pessoal deve-se ao facto de no exercício de 2018 ter existido uma actualização e aumento do ordenado mínimo de nacional de 557 euros para 580 euros.

24 – IMPARIDADES e PROVISÕES

Nos exercícios de 31.12.2018 e 31.12.2017 estas rubricas apresentam os seguintes detalhes:

Descrição	2018	2017
Imparidades		
Reforço Imparidade Quotizações	-	-
Imparidade Utentes	26.000,00	23.687,57
Reversão imparidade de outros devedores	-3.000,00	(3.000,00)
Total de Imparidades	23.000,00	20.687,57
Provisões		
Reforço Outras Provisões	-	-
Provisão Processos Judiciais em curso	-	8.000,00
Diminuição Provisão Processos Judiciais em Curso	-	-
Total de Provisões	-	8.000,00



25 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017 detalha-se como segue:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	1.114,37	1.195,60
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	133.488,79	153.031,33
Outros rendimentos e ganhos	105.863,93	47.415,70
Total	240.467,09	201.642,63

O valor dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros refere-se, essencialmente, às rendas obtidas no ano (130 mil euros). Em 2017 também constavam desta rubrica as mais valias resultantes da alienação do património (47 mil euros).

O acréscimo ocorrido no valor dos Outros rendimentos e ganhos resulta, essencialmente, da variação da rubrica de ganhos de exercícios anteriores proveniente da recuperação de gastos (48 mil euros) e de um proveito extraordinário de um acordo de compensação (35 mil euros)

26 – OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017 detalha-se como segue:

Descrição	2018	2017
Impostos	3.268,63	7.190,41
Perdas em inventários	-	-
Outros Gastos	42.403,28	76.119,60
Total	45.671,91	83.310,01

A rubrica de “Outros gastos” inclui, nomeadamente uma menos valia resultante da alienação do património (19 mil euros) e outros gastos de exercícios anteriores (15 mil euros)

27 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os gastos com depreciações apresentavam-se como segue:

Descrição	2018	2017
Propriedades de Investimento	91.030,97	92.879,81
Activos Fixos Tangíveis	127.593,70	116.045,72
Total	218.624,67	208.925,53

**28- JUROS E GASTOS DE FINANCIAMENTO**

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	20.581,92	35.786,83
Outros gastos e perdas de financiamento	-	35,81
Total	20.581,92	35.822,64

A redução dos gastos de financiamento resulta directamente da redução dos volumes financiamento existentes (nota 16)

29 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

30 - DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 11 de Março de 2019.

10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS – 2018

CONTAS	Lar Dr. Paula Borba	Lar Acácio Barradas	CAID	Apoio Domiciliário	CATI	TOTAIS
RENDIMENTOS	885.101,91	375.546,76	992.884,24	569.515,97	1.159.103,35	3.982.152,23
Prestação Serviços	433.891,69	218.808,05	475.430,70	121.093,39	609.658,29	1.858.882,12
Comp. Sub Explor	438.136,94	146.945,98	491.784,50	438.563,12	539.875,86	2.055.306,40
Reversão de Provisões	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outros Ganhos Rend.	13.073,28	9.792,73	22.669,04	9.859,46	9.569,20	64.963,71
Proveltos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS	866.416,55	451.484,07	994.658,66	507.436,72	1.088.189,79	3.908.185,77
Custo Materias Consumidas	124.466,37	48.412,14	103.450,29	33.129,72	139.834,94	449.293,45
Forneci. Serviços Externos	124.843,66	83.474,65	162.385,10	144.606,97	288.949,87	804.260,24
Custos c/ Pessoal	582.838,22	298.550,60	658.927,19	298.404,38	629.722,39	2.468.442,78
Depreciações / Amortizações	21.928,26	13.893,24	54.132,19	20.121,58	8.891,90	118.967,18
Perdas por Imparidade	4.762,38	2.960,40	5.148,51	3.990,10	7.207,92	24.069,31
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos Perdas	3.807,71	1.849,55	6.539,74	4.025,36	7.876,89	24.099,26
Custos Financeiros	3.769,96	2.343,49	4.075,63	3.158,61	5.705,88	19.053,56
RESULTADO ANO	18.685,36	-75.937,31	-1.774,42	62.079,25	70.913,56	73.966,46

CONTAS	Clinica	Património	Administração	TOTAIS
RENDIMENTOS	567.868,12	169.398,77	42.940,20	780.207,09
Prestação Serviços	564.805,28	0,00	31.331,00	596.136,28
Comp. Sub Explor	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão de Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rend. Ganhos	3.062,84	169.398,77	11.484,83	183.946,44
Proveltos Financeiros	0,00	0,00	124,37	124,37
GASTOS	576.301,38	201.970,94	36.293,65	814.565,97
Custo Materias Consumidas	12.379,50	796,88	418,28	13.594,66
Forneci. Serviços Externos	261.814,47	40.924,96	10.103,39	312.842,82
Custos c/ Pessoal	293.122,52	49.022,27	21.294,51	363.439,30
Depreciações / Amortizações	8.350,42	91.061,39	245,68	99.657,49
Perdas Por Imparidade	0,00	0,00	1.930,69	1.930,69
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos Perdas	634,47	20.165,44	772,74	21.572,65
Custos Financeiros	0,00	0,00	1.528,36	1.528,36
RESULTADO ANO	-8.433,26	-32.572,17	6.646,55	-34.358,88



11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**& Ascensão, Cruz, Costa
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

4

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 11.939.108 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.963.979 euros, incluindo um resultado líquido de 39.608 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias, e

Capital Social 10.000 euros – NIPC, N.º da Matricula na C.R.C. de Lisboa 501 308 970
Inscrição n.º 13 na OROC e n.º 20191375 na CMVM
Sede: Rua Dr. Faria de Vasconcelos, 5 – 1.º D.º., 1900-206 Lisboa, Portugal
Tels. (351) 218 471 888 / 218 485 683 - Fax (351) 218 401 754



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**Ascensão, Cruz, Costa
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2019

Ascensão, Cruz, Costa & Associados – SROC, Lda.
Representada por Dr. José Manuel D'Ascensão Costa, ROC nº 950



12 – PARECER DO DEFINITÓRIO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

Parecer do Definitório

Caros Irmãos:

No cumprimento das competências que lhe são conferidas pelo artigo 32º. do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, vem o Definitório apresentar e submeter à apreciação da Assembleia Geral o seu “Parecer” sobre o Relatório e Contas de Gerência referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

É da responsabilidade da Mesa Administrativa, a preparação dos documentos que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição económico-financeira da Instituição, o resultado das operações realizadas e a explicitação dos critérios e políticas contabilísticas adoptadas.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem efectuadas ao longo do exercício, no acompanhamento sempre que possível da actividade da Mesa Administrativa, no exame das demonstrações económico-financeiras e, na análise técnica complementar realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que nos assessoram.

RESSALVA

Tendo-se iniciado em meados de Janeiro de 2018 uma nova prestação de serviços, que consiste na prestação de consultas médicas aos utentes do SNS sem médico de família, a comparabilidade directa entre o exercício de 2018 e o exercício anterior ou quaisquer outros, só é possível expurgando dos mapas financeiros em análise, os Proveitos e Custos referentes a esta nova actividade. Foi o que fizemos.

COMENTÁRIO

Quando a realização dos Proveitos/Receitas é aleatória e os Custos/Despesas são maioritariamente rígidos, a gestão torna-se mais difícil e exigente. É o caso da nossa Instituição.

De facto, sendo a autonomia para gerar Proveitos/Receitas bastante reduzida e dependendo de decisões externas que se não controlam e dificilmente se influenciam, obriga a gestão a encontrar alternativas compensatórias, e sobretudo a controlar de forma eficaz a realização dos Custos/Despesas, nomeadamente os de maior expressão material.

Considerando o que se esclarece na “Ressalva” anteriormente citada. o exercício de 2018, encerrou com a redução dos Proveitos em cerca de 54.000 euros e um aumento dos Custos em cerca de 77.000 euros.

O novo serviço de prestação de consultas médicas aos utentes do SNS sem médico de família, gera uma margem líquida bastante reduzida que não pode compensar a redução de Proveitos atrás citada, não obstante o indiscutível valor social que representa.



Como consequência, o resultado líquido positivo de 39.605 euros, é inferior em 91.749 euros ao obtido em 2017.

Em 2018 o cash-flow foi de 272.665 euros, permitindo a redução do endividamento em cerca de 198.000 euros, endividamento que no final do ano era de cerca de 890.000 euros.

O excedente do cash-flow, conjuntamente com receitas provenientes de operações imobiliárias autorizadas em anterior Assembleia Geral, permitiu a realização de obras de requalificação e manutenção de instalações, nomeadamente na Clínica e no edifício da sede, conforme é explicitado no número 3.2.1 do Relatório de Gestão e o investimento em sistemas de tecnologia de gestão e informação, conforme também é citado no ponto 3.4.4 do mesmo Relatório.

A liquidez tem vindo a melhorar ano após ano, mas continuará a ser uma das principais preocupações da gestão, simultaneamente com o controlo dos custos com o pessoal, considerando nestes, quer os trabalhadores por conta de outrem quer os profissionais independentes. O aumento dos custos com os trabalhadores por conta de outrem em relação a 2017 foi de 81.175 euros, parte dos quais, consequência do maior valor do salário mínimo nacional e o restante de aumentos salariais e novas admissões.

Destaque ainda para a Valência genericamente denominada Clínica, que encerrando o presente exercício com resultado negativo, continua a não atingir os objectivos para que foi criada, isto é, gerar mais-valias que ajudem a componente social. Espera-se que as acções conducentes á implementação gradual de um novo modelo de gestão, iniciadas na parte final de 2018, como mencionado no ponto 3.6.1 do Relatório de Gestão, possam inverter a situação.

CONCLUSÃO

No âmbito da nossa actividade, verificámos a conformidade das Demonstrações Financeiras, constituídas pela Demonstração dos Resultados, Balanço e os mapas e o relato contidos no Anexo, com os registos que os suportam.

Procedeu-se ao exame das Contas com a profundidade considerada adequada e, tendo em devida conta o Relatório da Auditoria e a Certificação Legal de Contas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, assim como, os nossos anteriores comentários, é nossa convicção que os Mapas Financeiros citados, reflectem em todos os aspectos materialmente relevantes de forma apropriada e verdadeira a posição Patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, pelo que propomos sejam aprovados o Relatório e as Contas de Gerência relativos ao exercício de 2018 apresentados pela Mesa Administrativa.

O Presidente

O Vice-Presidente

O Secretário

